

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 920, DE 30 DE JANEIRO DE 2020

Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério do Desenvolvimento Regional, no valor de R\$ 892.000.000,00, para os fins que especifica.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62, combinado com o art. 167, § 3º, da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º Fica aberto crédito extraordinário, em favor do Ministério do Desenvolvimento Regional, no valor de R\$ 892.000.000,00 (oitocentos e noventa e dois milhões de reais), para atender à programação constante do Anexo I.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação de dotação orçamentária, conforme indicado no Anexo II.

Art. 3º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 30 de janeiro de 2020; 199º da Independência e 132º da República.

ÓRGÃO: 53000 - Ministério do Desenvolvimento Regional  
UNIDADE: 53101 - Ministério do Desenvolvimento Regional - Administração Direta

## ANEXO I

---

Crédito Extraordinário

### PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
2218		Gestão de Riscos e Desastres (Defesa Civil)							892.000.000
06 182	2218 22BO	ATIVIDADES							
		Ações de Proteção e Defesa Civil							
06 182	2218 22BO 6500	Ações de Proteção e Defesa Civil - Nacional (Crédito Extraordinário)							
			F	3	2	90	0	188	356.800.000
			F	4	2	90	0	188	535.200.000
TOTAL - FISCAL									892.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									892.000.000

ÓRGÃO: 90000 - Reserva de Contingência

UNIDADE: 90000 - Reserva de Contingência

## ANEXO II

Crédito Extraordinário

### PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00

[illegible]

Brasília, 30 de janeiro de 2020.

Senhor Presidente da República,

1. Proponho a edição de Medida Provisória que abre crédito extraordinário, no valor de R\$ 892.000.000,00 (oitocentos e noventa e dois milhões de reais), em favor da Administração Direta do Ministério do Desenvolvimento Regional.
2. A medida possibilitará o atendimento emergencial de socorro às vítimas e o restabelecimento dos serviços, bem como a execução de ações de reconstrução de infraestrutura danificada ou destruída pelo desastre ocasionado por enchentes e demais acontecimentos decorrentes das fortes chuvas ocorridas nos Estados de Minas Gerais, do Espírito Santo e do Rio de Janeiro no final do mês de janeiro do corrente exercício.
3. A urgência e relevância da demanda justificam-se pela necessidade de atuação imediata do Poder Público com o objetivo de mitigar os efeitos danosos causados à população dos Estados afetados, sob pena de agravamento dos prejuízos para as comunidades residentes nos municípios atingidos.
4. A imprevisibilidade do ato decorre da impossibilidade de antever, para o presente exercício financeiro, o grande volume e a concentração de chuvas acima da média para um único mês, não havendo, dessa forma, a possibilidade fática e a pertinência de prever a despesa na programação orçamentária.
5. Ademais, cumpre ressaltar que a Coordenação de Planejamento e Orçamento do Ministério do Desenvolvimento Regional, por meio da Nota Técnica nº 2/2020/CPO SEDEC/CGG/DAG/SEDEC-MDR, de 30 de janeiro de 2020, destacou que, atualmente, 117 municípios se encontram em situação de emergência e 6 em estado de calamidade pública; e que 72.224 pessoas estão desalojadas e, 11.049, desabrigadas.
6. Destaque-se que a proposição está em conformidade com o disposto no art. 62, combinado com o § 3º do art. 167, da Constituição.
7. Nessas condições, tendo em vista a imprevisibilidade, relevância e a urgência da matéria, submeto à sua consideração, em anexo, proposta de Medida Provisória, que visa efetivar a abertura do referido crédito extraordinário.

Respeitosamente,

*Assinado por: Paulo Roberto Nunes Guedes*



Ministério do Desenvolvimento Regional  
Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil  
Departamento de Articulação e Gestão  
Coordenação-Geral de Gestão  
Coordenação de Planejamento e Orçamento

Nota Técnica nº 2/2020/CPO SEDEC/CGG/DAG/SEDEC-MDR

PROCESSO Nº 59000.002007/2020-61

1. **ASSUNTO**

1.1. Solicitação de abertura de crédito extraordinário para atender os Estados do Espírito Santo, Minas Gerais e Rio de Janeiro.

2. **DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

2.1. Art. 167, § 3º, da Constituição Federal

3. **DOS FATOS**

3.1. Trata-se da necessidade urgente de abertura de crédito adicional extraordinário no montante de R\$ 892 milhões - sendo R\$ 356,8 em custeio e R\$ 535,2 em investimento - para atender os Estados do Espírito Santo, Minas Gerais e Rio de Janeiro que decretaram a situação de emergência e/ou estado de calamidade pública e obtiveram o reconhecimento pela União, em decorrência de chuvas intensas que ocasionaram pessoas desalojadas, desabrigadas e levadas a óbito. Chegou-se a esse total com base nos desastres, de mesma magnitude, ocorridos nos exercícios de 2008, 2010 e 2011 que geraram a edição de Medida Provisória para atender a população vitimada por eles.

3.2. Atualmente, 117 (cento e dezessete) municípios tiveram o reconhecimento da situação de emergência e 6 (seis) estado de calamidade pública e necessitam de apoio financeiro da União, conforme Portaria n. 115, de 21 de janeiro de 2020 (1725617), Portaria n. 126, de 22 de janeiro de 2020 (1725621), Portaria n. 161, de 25 de janeiro de 2020 (1725627), Portaria n. 175, de 27 de janeiro de 2020 (1725633), Portaria n. 189, de 29 de janeiro de 2020 (1725636) e Portaria n. 190, de 29 de janeiro de 2020 (1725639).

3.2.1. No entanto, este Ministério não dispõe de dotação suficiente para atender a magnitude desses desastres que ocorreram de forma imprevisível.

3.2.2. A imprevisibilidade, associada à necessidade comprovada da população vitimada pelo desastre e, por via de consequência, do direito que os entes federativos tem à recepção da ajuda complementar da União Federal, em benefício daquela população, estabelece o fundamento para a proposição da edição da Medida Provisória com vistas à abertura do crédito extraordinário.

3.2.3. Em anexo temos o Relatório de Operação - RELOP (1725768), elaborado pelo Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres - Cenad, que apresenta resumidamente os municípios atingidos, municípios com reconhecimento federal da situação de emergência, municípios com reconhecimento federal do estado de calamidade, pessoas desalojadas, pessoas desabrigadas e óbitos,

conforme abaixo:

Municípios	MG	ES	RJ	Total
Atingidos	196	40	18	254
Reconhecimento Federal de SE	101	16	00	117
Reconhecimento Federal ECP	00	06	00	06
Pessoas desalojadas	44.929	12.735	14.560	72.224
Pessoas desabrigadas	8.259	2.030	760	11.049
Óbitos	55	09	02	66

3.2.3.1. Considerando a recomendação do Tribunal de Contas da União no Acórdão 2523/2016 - Plenário, foram apresentadas as portarias acima, o RELOP, bem como o Relatório Chuvas de Verão 2020 (1725814) a fim de materializar a justificativa para edição de Medida Provisória por descrever a quantidade de municípios em situação de emergência/estado de calamidade pública que necessitam de apoio do Governo Federal.

#### 4. CONCLUSÃO

4.1. Diante dessa sofrida realidade e de forma a cumprir o comando legal e Constitucional, esta Sedec atuará em duas frentes, desde que tenha à sua disposição crédito orçamentário suficiente. A primeira está relacionada a ações de resposta, compreendendo o socorro, assistência às vítimas e restabelecimento dos serviços essenciais, rapidamente, a normalidade nas áreas atingidas e a segunda será a execução de ações de reconstrução de infraestrutura danificada ou destruída pelo desastre.

4.2. Neste cenário, estimamos uma necessidade de R\$ 892 milhões, sendo R\$ 356,8 em custeio e R\$ 535,2 em investimento conforme informado no item 3.1

KARINE DA SILVA LOPES

Diretora

Departamento de Articulação e Gestão

4.3. Encaminhe-se ao Gabinete do Ministro.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

Secretário Nacional de Proteção e Defesa Civil



Documento assinado eletronicamente por **Karine da Silva Lopes, Diretor de Departamento de Articulação e Gestão**, em 30/01/2020, às 12:39, com fundamento no art. 6º, §1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Lucas Alves, Secretário(a) Nacional de Proteção e Defesa Civil**, em 30/01/2020, às 12:40, com fundamento no art. 6º, §1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.mi.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.mi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **1725502** e o código CRC **8E1962B5**.

MENSAGEM Nº 26

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 62 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto da Medida Provisória nº 920, de 30 de janeiro de 2020 que “Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério do Desenvolvimento Regional, no valor de R\$ 892.000.000,00, para os fins que especifica”.

Brasília, 30 de janeiro de 2020.

OFÍCIO Nº 39/2020/SG/PR

Brasília, 30 de janeiro de 2020.

A Sua Excelência o Senhor  
Senador Sérgio Petecão  
Primeiro Secretário  
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento  
70165-900 Brasília/DF

**Assunto: Medida Provisória.**

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional o texto da Medida Provisória nº 920, de 30 de janeiro de 2020, que "Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério do Desenvolvimento Regional, no valor de R\$ 892.000.000,00, para os fins que especifica".

Atenciosamente,

JORGE ANTONIO DE OLIVEIRA FRANCISCO  
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral  
da Presidência da República